

# O 25 DE ABRIL, OS MILITARES E A DEMOCRACIA



Antes do 25 de Abril os militares entendiam, com base nos princípios que aprendiam nos contactos que mantinham com os seus camaradas dos países NATO, que o tipo de relacionamento sociopolítico existente em Portugal era muito defeituoso. Assim sendo, não será por isso muito difícil de perceber que as Forças Armadas (FA) eram, talvez de todos os estratos da sociedade, aqueles que melhor entendiam o que era a “Utopia da Liberdade” para Portugal, mas principalmente para o povo português.

Na ânsia de devolver estes valores aos Portugueses, durante 48 anos de ditadura foram efetuadas inúmeras ações militares, e não só, que se viram sucessivamente infrutuosas. Exemplos dessas ações desencadeadas por grupos das FA foram:

- Revolta dos Marinheiros em 8 de Setembro de 1936;
- Humberto Delgado concorre às eleições presidenciais em 1958. Não é eleito devido a fraude eleitoral. Virá a ser assassinado em 13 de Fevereiro de 1965;
- Operação Dulcineia (desvio do transatlântico Santa Maria) em 22 de Janeiro de 1961;
- Tentativa de golpe militar. Às 04h00 da madrugada, uma coluna do Regimento de Infantaria 5 das Caldas da Rainha marcha sobre Lisboa. É interceptada e o golpe falha, sendo presos cerca de 200 militares. (16 de Março de 1974).

Finalmente à 00:20h do dia 25 de Abril de 1974, sob o tema “O povo é quem mais ordena” o MFA derrubou a ditadura que, durante quase cinco décadas, oprimiu milhões de Portugueses com censura, medo, perseguição, tortura, prisão, e com uma guerra do ultramar de 13 anos que vitimou 8290 militares portugueses, e causou financeiramente muitas dificuldades a Portugal.

Do 25 de Abril de 1974 até à revisão constitucional de 1982, as FA demonstraram mais uma vez ao povo, e às forças políticas que não queriam o poder. Pelo contrário:

- Serviram de força mediadora entre os vários partidos políticos no chamado “Verão Quente”, impedindo que não tivéssemos uma guerra civil.
- Criaram o primeiro Tribunal Constitucional, através do Conselho de Revolução.
- Talvez o maior contributo das FA tenha sido, através do Grupo dos 9/Otelo, de preferirem a marginalização do que a instrumentalização por parte das diversas forças políticas.

Em 1980, já com o General Ramalho Eanes, como Presidente da República, e consequentemente como Chefe Supremo das Forças Armadas, este teve um papel importante no seio da família castrense, já que, equilibrou tendências e amorteceu tensões.

Em 1982, com a revisão constitucional então efetuada, completou-se a institucionalização do regime. Se é de aceitar as restrições de cidadania que os militares tiveram nessa altura de consolidação democrática em Portugal, já não é tão aceitável o que sucedeu a partir daí. Ao contrário de outras FA de países ocidentais, os direitos dos militares não foram alargados. Pelo contrário, como se fosse “um ajuste de



contas” nos últimos anos os militares passaram a ser objeto de uma desconsideração social, pelo poder político, que muitos deles consideram como um desprestígio não compatível com a sua dignidade.

Se houve quem, ao longo destes 38 anos nos tivesse apontado o dedo, ao referirem que as FA foram um fator desestabilizador no processo de consolidação democrática em Portugal, sem dúvida nenhuma que, sem a visão “muita à frente” das FA, com a sua vontade em terem um estado democrático, não teria sido possível acontecer tão cedo a Democracia em Portugal.

E que aconteceu depois? Seria de prever que as coisas melhorassem para os militares? A verdade, camaradas, é que 38 anos depois, temos perdido mais direitos do que outra classe social do país. Reduziram-nos 10% no acréscimo de tempo de serviço militar. Alteraram, abruptamente os níveis de escolaridade e idade para concorrer ao CFS, o que impediu milhares de praças de progredirem na carreira. Arruinaram-nos a CGA as antigas ADM's. Criaram uma nova ADM, convergindo a assistência à saúde dos militares para os níveis da ADSE, o que prejudica a missão militar, e também os direitos dos nossos familiares. Não atribuem a todos os militares o Suplemento de Residência. Mais recentemente, com a criação do novo sistema remuneratório, criaram instabilidade no seio da família castrense ao posicionarem militares com antiguidades díspares na mesma posição remuneratória, nalguns casos com diferenças de 15 anos no posto. Também ainda este ano, diminuíram o valor do subsídio por morte ao alterarem a fórmula de cálculo, isto é, antigamente correspondia ao valor do vencimento multiplicado por 6, agora é, no máximo, 419,22€ multiplicado por 6.

Parece muito, mas muitos mais direitos nos foram retirados.

Em suma, o que começou por ser uma luta contra a ditadura, é agora contra a injustiça. E é com esta luta que todos os militares, em particular as praças das Forças Armadas, se devem associar à Associação de Praças. Associar-se a um grupo de militares com o espírito de Abril que sabem que nunca desistir, nunca se resignar, nunca deixar de lutar pelos seus direitos, é o caminho para uma sociedade mais justa e democrática.

PEDRO MORENO  
Vogal da Direção

## QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!